



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECISÃO – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

EMPRESA: **WM TOPOGRAFIA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA**

Processo: 02763/2024 (Flowdocs).

Processo Licitatório: 011835/2023

Referente ao:

PREGÃO Nº 002/2024

DATA DA ABERTURA: 11 de março de 2024

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA EM TERRENOS DE PROPRIEDADE DESTE MUNICÍPIO OU DE INTERESSE PÚBLICO.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado na modalidade *PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço global, para REGISTRO DE PREÇO*, com observância as disposições contidas no Decreto Municipal 3.584 de 01 de dezembro de 2022, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 20/02/2024 e no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 21/02/2024, além de ficar disponível para download na plataforma BLL compras (<https://bll.org.br/>) e na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA TEMPESTIVIDADE

O pedido de impugnação foi feito pela empresa **WM TOPOGRAFIA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA** e recebido por esta Prefeitura, tempestivamente. O mesmo foi enviado via plataforma BLL Compras em 26 de fevereiro de 2024 e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 02763/2024 (Flowdocs).

DO PEDIDO

Em breve resumo, inicialmente, a empresa informa o art. 164 da Lei nº 14.133/2021, referente a impugnação do edital, bem como, transcreve os itens 21.1 a 21.8 do edital, pertinente ao mesmo assunto. Informa, ainda, o item 8 do edital, que refere-se a qualificação técnica e que a empresa que participar do certame deverá atender os requisitos constantes nos itens 8.1 e 8.2 do edital.

No item dos Fatos, informa a empresa: “É notório ter o registro de que os Técnicos Industriais, outrora vinculados ao “CREA” por intermédio de lei, sendo está a Lei nº 13.639/2018, adquiriram autonomia, ou seja, deixaram de pertencer ao Conselho supracitado e passaram a integrar o Conselho Regional dos Técnicos Industriais, com autonomia administrativa e financeira e com estrutura federativa; tendo como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional das respectivas categorias, consoante prescreve o Art. 1º da Lei Federal nº 13. 639 de 26 de março de 2018”. Finalizando, resumidamente, seu pedido da seguinte forma: “Com base na RESOLUÇÃO 089, de 06 de DEZEMBRO de 2019 é possível **viabilizar** a prestação dos serviços solicitados pelo Município de São José do Vale do Rio Preto, para que sejam prestados por

Técnicos Industriais de nível médio com habilitação em Agrimensura, Geodésia, Cartografia e Geoprocessamento. Em especial atendendo-se aos incisos I, II e alíneas de 1 a 7, III, IV, V, VI e §3º do art. 4º, deste modo garantindo o perfeito atendimento ao que é pretendido pelo Município”.

DO JULGAMENTO

Sempre é bom lembrar que o Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: Na aplicação desta Lei, serão observados os **princípios** da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...).

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, com vistas ao Setor Técnico da Secretaria, para análise e pronunciamento, uma vez que a solicitação de impugnação refere-se a parte técnica, que respondeu em 27/02/2024, conforme abaixo

“Considerando o pedido de impugnação do Pregão Eletrônico nº 02/2024, apresentado pela empresa WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, por meio do processo nº 2763/2024, a qual questiona a exigência de qualificação técnica estipulada pelo Setor Técnico. A empresa alega que a prestação dos serviços em questão pode ser realizada por profissionais tecnólogos devidamente cadastrados no Conselho Federal dos Técnicos Industriais.

Este Setor reconhece e acolhe a solicitação da empresa, entendendo que profissionais tecnólogos podem concorrer, desde que possuam a capacidade de emitir Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), registro ativo no órgão de classe, Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), e apresentem documentos que comprovem a prestação de serviços de igual ou maior complexidade. Essa comprovação deve ser feita por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida por pessoa jurídica e/ou física devidamente registrada pelo órgão de classe competente”.

Esta Pregoeira/Agente de Contratação entende que, qualquer empresa licitante e apta a participar da licitação, deve possuir igualdade de oportunidades entre todos os interessados, bem como, esta Prefeitura tem como objetivo buscar pela melhor proposta em estrita observância ao princípio da impessoalidade. Tal desejo objetiva garantir a transparência, a competitividade, e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Após uma leitura dos questionamentos levantados pela empresa, essa Pregoeira/Agente de Contratação entende que faz jus o reclamado pela empresa. A Lei nº 13.639/2018 cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas, além dos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e Agrícolas, desvinculando estas categorias do CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, fazendo com que, de acordo com a RESOLUÇÃO 089/2019, do CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT, especialmente ao art. 4º da resolução, a prestação dos serviços, objeto pretendido por esta Prefeitura, possam ser prestados por Técnicos Industriais de nível médio com habilitação em Agrimensura, Geodésia, Cartografia e Geoprocessamento. Complementando a informação, de acordo com o informado pelo Setor Técnico, esses profissionais tecnólogos podem participar, “desde que possuam a capacidade de emitir Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), registro ativo no órgão de classe, Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), e apresentem documentos que comprovem a prestação de serviços de igual ou maior complexidade. Essa comprovação deve ser feita por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida por pessoa jurídica e/ou física devidamente registrada pelo órgão de classe competente”.

A Procuradoria Geral do Município se manifesta conforme a seguir: “Considerando a manifestação do Setor Técnico no evento #2, que reconheceu e acolheu as razões apresentadas pela

impugnante, desde que os profissionais tecnológicos possuam a capacidade de emitir Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), registro ativo no órgão de classe, Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) e apresentem documentos que comprovem a prestação de serviços de igual ou maior complexidade, comprovando através de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida por pessoa jurídica e/ou física devidamente registrada pelo órgão de classe competente, não há como deixar de acompanhar tal entendimento, razão pela qual opino pela alteração do edital, possibilitando a participação dos profissionais tecnológicos com as exigências descritas acima.”

Pelo exposto esta Pregoeira/Agente de Contratação:

Considerando que essa Pregoeira/Agente de Contratação entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório.

Considerando o entendimento pelo Setor Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, bem como, pela Procuradoria Geral do Município e por todo o exposto, essa Pregoeira/Agente de Contratação opina pelo deferimento da impugnação interposta, informando que o processo será enviado ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação.

Por fim, informo que cabe ao Pregoeiro o dever de cumprir o que lhe foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Art. 1º, III, da Lei Complementar nº 096/22.

DA DECISÃO

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira/Agente de Contratação, tendo como base o entendimento do Setor Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, bem como, do parecer da Procuradoria Geral do Município, opina pelo deferimento do pedido de impugnação, feito pela empresa **WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA**, razão pela que o Termo de Referência e Edital deverá ser alterado e o Pregão nº 002/2024 adiado e após os tramites necessários, remarcado com nova data e horário. Envio o processo ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação. Após dê ciência a empresa, bem como, que a resposta disponibilizada na plataforma BLL Compras, e seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 28 de fevereiro de 2024

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira/Agente de Contratação